

MONUMENTOS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS

Monuments, Memories and Resistances

Fabíola Fraga Nunes¹
Giuliano de Miranda²
Jaqueline Torquatro³
Jovani Dala Bernardina⁴
Iasmim Dala Bernardina Rodrigues⁵
Aparecido José Cirillo⁶

Resumo: Os monumentos são obras "vivas" e atemporais, compõem a estrutura física das cidades e traduzem, esteticamente, detalhes da sociedade. A transmissão de valores entre sociedades é de alguma forma objetivo dos monumentos, ligação entre passado e presente. Trata-se de um guardião memorial. Atos de violência contra monumentos na perspectiva de cancelamento da memória histórico coletiva e social, ao contrário do objetivo, só os revigoram. A destruição do objeto, não apaga fatos.

Palavras-chave: Monumento; Memória; Resistência; História.

Abstract: *Monuments are "living" and timeless works, they make up the physical structure of cities and translate, aesthetically, details of society. The transmission of values between societies is somehow the objective of monuments, a link between past and present. This is a memorial guardian. Acts of violence against monuments in the perspective of canceling the collective and social historical memory, contrary to the objective, only reinvigorate them. The destruction of the object does not erase facts.*

Keywords: *Monument; Memory; Resistance; History.*

¹ Graduação em Artes Visuais pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008). Pós-Graduação em Artes na Educação pelo Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Bold. Atualmente é Professora da Educação Básica da Prefeitura Municipal de Vitória desde 1995. Mestranda em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista pela Fundação de Amparo a Pesquisa (FAPES)

² Graduado em Pedagogia pela Faculdade Leonardo Da Vinci (Uniasselvi), Graduado em História pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni). Pós-Graduado em EJA pela Faculdade Brasileira Cristã (Fabra).

³ Bacharela em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo, Estudante de pós-graduação em Artes/Mestrado UFES.

⁴ Graduada em Artes Plástica pela Universidade Federal do Espírito Santo, estudante de Pós-Graduação/Mestrado em Artes Universidade Federal do Espírito Santo.

⁵ Graduada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Espírito Santo, Pós-Graduação em Produção Cultural Arte Entretenimento pelo Instituto Facuvix grupo Uniminas.

⁶ Artista e professor permanente no Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo. Possui pós-doutorado em Artes (Universidade de Lisboa), doutorado em Semiótica (PUC-SP) e mestrado em Educação (UFES). Coordena o Laboratório de Extensão e Pesquisa em Artes (LEENA/UFES). Realiza projetos e pesquisas com financiamento da CAPES, CNPQ e FAPES.

Monumentos e antimonumentos: maneiras de ocupação do espaço público

Introdução

Este artigo tem a pretensão de analisar a relevância dos monumentos públicos como forma de resistência ao apagamento de fatos históricos, reiteradas vezes representados por seus personagens, homenageados em tais obras. A tentativa inócua de destruição física desses monumentos vem impregnada de motivos ideológicos de quem comete esses atos e será tema de investigação deste trabalho. Finalmente pretende-se mostrar que, a despeito desses atos violentos, os monumentos resistem e se renovam, sempre na perspectiva da preservação inegociável da História, a qual pode ser resignificada, mas nunca apagada.

Assim, tomados dos valores do monumento histórico-artístico, proposto por Riegl, esses monumentos visavam (e visam) manter viva a memória para as gerações vindouras, mantendo à obra um valor artístico e histórico. Assim, de modo geral, podemos afirmar que os monumentos públicos se relacionam diretamente a jornadas individuais ou coletivas que se tornam testemunhos da construção da identidade coletiva. (CIRILLO, 2020, p. 85)

Podemos, assim, afirmar que o monumento carrega marcos temporais e culturais que falam do passado, seja para celebrá-lo, seja para advertir sobre atrocidades que não devem mais se repetir. Pode-se reiterar a posição de Riegl, de que o monumento sinaliza e adverte. Ele é, sobretudo, memória.

Monumentos e memória

A narrativa da memória, na maioria das vezes passa pela origem da interlocução na relação dos sujeitos e os interesses pessoais ou sociais que se apropriam dessas memórias. Tal narrativa pode, inclusive, omitir

fatos em relação ao personagem, desde que sirva a seus propósitos ou aos de uma casta privilegiada em seus modos de manutenção, o que evidencia um papel político e identitário dos monumentos. Quando falamos em memória em termos coletivos, devemos, por conseguinte, considerar de que maneira os fatos serão narrados em um presente que se propõe a resgatá-los. Em se tratando de uma sociedade diversa e múltipla, essa memória compartilhada, em hipótese alguma, deve objetivar algum tipo de concordância unânime, ao contrário, a divergência é onipresente. Podemos pensar que a divergência é necessária, porém, o diálogo entre diferenças é o que mantém a sociedade em funcionamento. Assim, em termos sociais, memórias são preservadas em nome do consenso, mas outras são invisibilizadas, escondidas.

Podemos considerar que essa memória oculta ou escondida está relegada a um plano de não oficialidade, travando uma luta desigual com a memória oficial, na compreensão coletiva. Essa premissa é claramente percebida em diferentes índices materiais na nossa sociedade, desde que ela se constituiu. Lembramos, aqui, a história de construção do sincretismo religioso, que nos parece uma das estratégias de resistência à memória oficializada como predominante, pois ela assegura que crenças e cultos ocultos ganhem vida no cotidiano social.

Assim, ao contrário do que se possa imaginar, a força dessa memória oficial não é absoluta e, tampouco, definitiva; e caso não esteja lastreada por uma conjuntura de fatos históricos coerentes, documentais e baseados na compreensão das diferenças, correrá o risco de ser atropelada por outro tipo de memória, aquela que foi muitas vezes escondida por conveniência, mas que aparece, justamente, nas brechas de lembranças com pouca solidez. Fica evidenciado que a condição de personagem histórico não está, de forma alguma, relacionada ao posicionamento maniqueísta, reiteradamente, atribuído a essas figuras.

Não se trata disso, os fatos, devidamente comprovados, reservam às pessoas, em suas mais diversas atividades, a importância histórico social, diretamente relacionada a seus feitos ao longo de sua existência.

Não existe condição de perfeição humana que se possa exigir para que se conceda, a quem quer que seja, um monumento. Uma pessoa, em si, é portadora das mais diversas características e, como tal, está sujeita a erros e acertos. Mensurar essas particularidades, assim como estabelecer um grau de importância para suas realizações, sempre sob o prisma da pesquisa, balizará o personagem perante o memorial histórico.

Nesse contexto, podemos considerar os monumentos não apenas como estruturas concretas expostas publicamente (figura 1 e figura 2), mas, muito além disso, como receptáculos atemporais carregados de emoção e vida, em uma tele transposição entre gerações e, constantemente, em correlação com a paisagem que os abriga e na qual se emolduram.



Figura1: Monumento Mãe Preta. Imagem da escultura de uma mulher, representando uma mulher negra amamentando uma criança, ao redor dela um tecido que cobre parte do seu corpo, com pés e parte da perna exposta, de tonalidade cinza, que ao fundo tem um casario amarelo e parte de um edifício branco. Autoria Chico Saragiotto, acervo arquivo da Prefeitura Municipal de São Paulo. Fonte: Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/adot_e_obra/index.php?p=8291 (acesso 20 de janeiro 2022).



Figura 2: Dona Domingas. Imagem de uma Senhora carregando um saco nas costas com sua mão esquerda, e na mão direita um pedaço de tronco. A escultura está em cima de um cubo pintado de branco. Ao redor algumas plantas na tonalidade de verde, e logo acima parte da sede do palácio do governo pintado de amarelo com contornos brancos.
Foto acervo pessoal Fabíola Fraga Nunes (autoriza o uso dessa imagem).
Retirada/fotografada em janeiro de 2022, centro da Cidade de Vitória, Espírito Santo.

Assim, cada monumento urbano é parte da memória e evidência das camadas de tempo que formam as cidades e suas histórias. Os monumentos são, ao mesmo tempo, legado e memória com uma clara função social.

Resistências e enfrentamentos

A cidade é mais que espaço físico; é mais que materialidade. Ela é o lócus continuum de cultura, onde natureza, construção material, símbolos, significados e representações se constroem em diversidade e em harmonia. (MENESES, 2004. p.87)

Um tópico muito importante a ser analisado diz respeito à função dos monumentos públicos como fonte ininterrupta e contínua de debate, isto é, sobre até que ponto os dogmas e conceitos preestabelecidos a respeito de seus personagens estão sujeitos a revisão e, conseqüentemente, redefinição ou não. É fundamental considerar essas obras públicas para além da concepção estética e conceitual estabelecida pelo artista, ultrapassar a estrutura física é despertar o contraponto, aprofundar o contexto cultural/histórico ao qual essa estátua está inserida.

A resistência da qual tratamos, fundamentalmente, diz respeito à possibilidade de trazer à luz o diálogo, e mais que isso, despertar, através da curiosidade pela obra física, o interesse pelo personagem. Considerar o resultado dessa ampla movimentação dialética e de intervenção popular será determinante para a preservação e aperfeiçoamento de uma memória coletiva, por conseguinte, para sua própria identidade.

A despeito de, no senso comum, elas parecerem inertes e inofensivas, essas obras públicas estão, a todo momento, nos lembrando das mazelas e glórias de outrora, de guerra e de paz. A predominância desse discurso decolonial, no que diz respeito aos monumentos, esvaziado de real sentido do termo, tem levado a ações de depredação da memória social, com a convicta crença na qual a destruição de objetos materiais seria suficiente para reescrever os fatos. Não é novidade, no Brasil e no mundo, a tentativa de apagamento da história através da depredação dos

monumentos públicos que representam determinada época ou personagem. Inúmeros são os exemplos, incontáveis os equívocos. Para além da Dicotomia estabelecida em relação aos monumentos públicos e seus diversos significados ao longo da civilização, não parece razoável que a destruição dessas obras possa traduzir algum tipo de protesto legítimo, não obstante a motivação.

Não se trata, portanto, de se posicionar entre bem e mal, bom ou ruim. Assim como todos os fatos históricos relatados ao longo dos tempos, seus personagens são mosaicos intermináveis, importantes na construção de seu tempo e na História como um todo. Qualquer ação nesse sentido é movida por um apelo emocional pautado em um princípio utópico que diz que o que não existe diante dos olhos, não existe mais. Destruir o armário não faz desaparecer os monstros que nos assolam nas noites da infância. Eles habitam nossas mentes e não o espaço exterior. Não obstante a relevância dessa possibilidade, o que se pode inferir de concreto sobre qual caminho seguir, nessa releitura, é entendermos que, quaisquer que sejam as contribuições anexadas à uma história já existente, essas terão, na melhor das hipóteses, o poder de modificá-la, nunca as apagar.

Nesse contexto, é aceitável pensar na possibilidade de se questionar os personagens materializados em monumentos, sob a luz da História, que, muitas vezes, os desqualifica. Esse é um possível caminho a ser seguido no processo de revisão histórica que o ocidente colonizado precisa fazer, porém, somente através da pesquisa e da informação. Um monumento público carrega um reservatório memorial que, em hipótese alguma, será apenas apagado pela mera destruição física de sua representação. Isso não reescreve a História.

Muitas são as sugestões a respeito da maneira de se abordar os monumentos públicos, sob a perspectiva de reescrever a História. Nesse sentido, vale destacar a atitude política em Moçambique, após sua

libertação da dominação portuguesa, na década de 1970. Dois marcos desse processo colonizador foram ressignificados pelo povo, perdendo seus lugares de destaque em praça pública e sendo substituídos por monumentos identitários do processo de retomada de seu território. Esculturas monumentais como a do governador geral e do próprio Salazar (figura 3) foram destituídas de seu valor colonial, mas não destruídas, exatamente por serem parte da história do país.



Figura 3: Estátua de Salazar. Escultura de um homem com uma vestimenta real, capa sobre os ombros olhando para a parede. De fundo paredes em tom salmão e portas com grades cinzas. Estátua de Salazar que, no período colonial no centro de Maputo, tendo sido deslocada para o edifício da Biblioteca Nacional de Moçambique, voltada para a parede, como se o ex-ditador estivesse de castigo. A autoria: Paulo Pires Teixeira. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/category/historia/a-estatua-de-salazar-emmaputo/> (acesso em 20 de julho de 2022).

Quando nos referimos a monumentos públicos, é sobre memória que estamos tratando. Num sentido mais direcionado ao objetivo dessas obras, uma perpetuação dessa memória. Em sua grande maioria, essas homenagens públicas fazem referência ao *status quo*, o que, muitas vezes, sufoca e inviabiliza as minorias, os derrotados. Nesse contexto, o antimonumento surge numa perspectiva absolutamente contestadora e revisional, no que diz respeito a história que está sendo contada. Para tanto, é fundamental que se apresente o contraponto, o contraditório, a visão de mundo e histórica, aparentemente ignoradas pelos monumentos tradicionais.

Com o passar do tempo, essas ações começam a trabalhar de forma mais sutil, no que diz respeito a intervenção propriamente dita. Lança-se mão de ferramentas artísticas assim como interações diretas, como frases escritas em contraponto às estatuas imponentes de concreto e bronze. Forçando-se, assim, um novo olhar sobre a narrativa formal.

Os antimonumentos, portanto, funcionam como uma resposta aos fatos históricos perpetuados nas obras, estabelecendo a "voz" daqueles que, normalmente, foram ignorados por essas homenagens. É uma espécie de diálogo com o passado e não um monólogo.

Essa ocupação dos espaços urbanos tem como objetivo trazer à tona a realidade muitas vezes complexa, ambígua e multifacetada que compõe o arcabouço histórico/cultural de um país, bem diferente da história única, descrita pelos monumentos.

Para tanto, várias formas de interação são utilizadas, desde o senso de humor até o confronto puro e simples, feito através de outras obras, intervenções (figura 4), instalações, desenhos ou palavras.



Figura 4: Borba Gato. Duas imagens de uma mesma escultura, um homem com roupa marrom, chapéu e botas do mesmo tom em cima de uma estrutura de cimento pintada de branco. Ao fundo do lado esquerdo um prédio acinzentado, e do lado direito uma edificação clara com uma torre terracota, num tom de marrom. A frente da imagem esquerda, aos pés do Borba gato, 3 crânios representando cabeças humanas, e no chão 2 crânios, entre eles a placa de identificação da obra. Na imagem à direita, os 5 crânios na frente da escultura dispostos no chão, um ao lado do outro. A estátua do bandeirante Borba Gato, em Santo Amaro, na Zona Sul de SP, recebeu crânios na intervenção artística – Autoria da foto: Grupo de Ação/Divulgação. Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/cranios-sao-colocados-ao-lado-de-monumentos-de-bandeirantes-para-ressignificar-historia-de-sp.ghtml> (acesso em 20 de julho de 2022).

Não obstante as convicções ideológicas e narrativas dicotômicas, a maneira como se conta uma História, indubitavelmente, está e estará sujeita a ressignificações ou, até mesmo, à própria confirmação dessa narrativa.

Considerações finais

Embora um ponto de partida, essa pesquisa traz à luz o importante aspecto histórico social dos monumentos públicos, não somente como

um reservatório de memórias, mas, em igual proporção, um símbolo da resistência daqueles que, independentemente de sua relevância, construíram a história de uma sociedade a ponto de merecerem uma eternização estatutária.

Este artigo elencou, ainda, o equívoco de se particularizar os monumentos públicos, tentando fazer prevalecer uma narrativa única, que, muitas vezes, não encontra abrigo no arcabouço histórico documental.

Chega-se à conclusão de que, para muito além de se tentar apagar uma memória coletiva, depredando suas estátuas públicas, o fundamental é aprofundar, a partir dessas discordâncias, o conhecimento sobre o próprio personagem contestado, utilizando-se de sua obra não como um inimigo a ser derrubado, mas sim o ponto de partida para estabelecer um novo olhar sobre o mesmo tema.

Ainda sobre a importância dessa discussão, a recente destruição de estátuas públicas em vários eventos mundo afora estaria ancorada na tentativa de anular fatos do passado, atuando, assim, na reconstrução da memória coletiva. Essa memória tem relação intrínseca com o espaço público, sendo os monumentos agentes catalisadores desse processo.

As possibilidades de intervenção nessas obras são cada vez mais abordadas e debatidas em âmbito mundial. Mesmo que a história seja transmitida entre gerações por inúmeras ferramentas, é inequívoca a força das estruturas físicas/materiais dos monumentos, conseqüentemente, gerando comoção em face da força presencial de suas estruturas.

Na medida em que, majoritariamente, imaginamos a transmissão do conhecimento como algo retórico e essencialmente teórico, é compreensível a relevância dessas obras monumentais, na medida em que diferem da concepção acadêmica. Sua força reside no aspecto visual, a imponência do "concreto" é impactante. O que se considera, o

que se indaga é: qual a melhor maneira de utilizar esse arcabouço estético em prol do avanço humanitário, sem ultrapassar os limites do civilizatório?

Possibilidades são aventadas e caminhos sugeridos, sempre, na perspectiva de avançar naquilo que parece ser mais importante, o debate público e transparente. Não parece, a princípio, factível rotular as ações mais incisivas, ainda que violentas em relação a esses monumentos, como simples "vandalismo". Concordando ou não com essa vertente, é necessário entender a perspectiva e o objetivo daqueles que assim agem, sem, no entanto, ignorar outras possibilidades de mediação.

A relevância desse debate avança para uma tentativa de se construir fazeres democráticos diferentes daqueles que, muitas vezes, são retratados nas estátuas e seus protagonistas; ou seja, mais ou tão importante quanto culpabilizar o objeto homenageado seria refletir sobre os erros cometidos no passado, às vezes reproduzido no monumento, para que, no futuro, não sejam repetidos; sem caça às bruxas, sem demonização. O objetivo da presença de uma obra pública no espaço coletivo perpassa, entre outras coisas, sua constante ressignificação. Isso é possível através da interação contínua da população com a obra. Ou seja, melhor e mais produtivo do que qualquer tipo de atuação intempestiva na perspectiva de extinção de uma história, o que é impossível, parece ser a contestação do tema/monumento presente no ecossistema urbano.

Numa sociedade múltipla, ampla e diversa, não se atingirá consenso a respeito de temáticas político-históricas, não obstante, o caminho a ser seguido acena para a tolerância mútua e alternativas inteligentes e produtivas, a fim de que se possa avançar como sociedade livre e democrática. Longe de se objetivar um consenso ou mesmo estabelecer uma tese única sobre questão de tamanha relevância e complexidade, o trabalho em curso pretende manter vivo e efetivo o debate público,

através do qual, de maneira ampla e plural, se poderá, em algum momento, alcançar um denominador comum.

Referências

CIRILLO, José. De Viriato aos Combatentes de 81 Ultramar: revisitando a figura do herói na arte pública de Viseu (Portugal) e um breve contraponto com a arte pública de Vitória (Brasil). In: Rui Macário Ribeiro; Luís Belo. (Org.). **Neo-Topografia Gráfica e Descritiva de Monumentos e Memoriais Viseenses** (uma seleção inicial). 1ed. Viseu, Portugal: Memória Comum - Associação | Projecto Património, 2020, v. p. 81-94.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2004.

POLLAK, Michael. La Gestão de l'indicible, **Actes de la recherche en sciences sociales**, n° 62, 1986 (Ejemplar dedicado a: L'illusion biographique), págs. 30-53.

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SOUZA, Vitor de. **O que vale uma estátua? Memória e descolonização mental em Mocimboa do Castelo**. Disponível em: <http://www.buala.org> (acesso em 01 fevereiro de 2022)

Recebido em: 16 de maio de 2023.

Publicado em: 09 e agosto de 2023.